

Impacto económico das manifestações pós-eleitorais de Outubro de 2024 no comércio informal: estudo de caso do município da Matola-Rio

Economic impact of the post-electoral demonstrations of October 2024 on informal commerce: a case study of the municipality of Matola-Rio

Aida Carlos Nhacule¹

Natércia Nhavene Cau²

Resumo

A 9 de Outubro de 2024, Moçambique realizou as VII Eleições Gerais da sua história democrática. É facto que os resultados de todos os pleitos anteriores geraram ondas de insatisfação e protestos por parte dos actores políticos legalmente declarados derrotados, porém nada se assemelha às manifestações pós-eleitorais registadas no derradeiro sufrágio. O presente artigo visa compreender o impacto económico das manifestações pós-eleitorais de Outubro de 2024 no comércio informal no município da Matola-Rio, província de Maputo, bem como as estratégias usadas pelos vendedores para fazer face à situação. Metodologicamente, a pesquisa constitui-se num estudo qualitativo, onde, com o recurso à revisão bibliográfica e à técnica de entrevistas semiestruturadas, foi possível recolher dados referentes ao fenómeno em estudo. Os resultados sugerem que, apesar de este município estar assente numa economia capitalista industrial, o sector informal revela-se de capital importância para a sobrevivência de grande parte dos indivíduos. Com as manifestações pós-eleitorais e consequentes medidas restritivas à circulação de pessoas e bens, assistiu-se à escassez na oferta de produtos para a venda e consequente inflação dos produtos alimentares básicos, pois os mercados de abastecimento destes encontram-se geograficamente distantes.

¹ Universidade São Tomás de Moçambique (USTM) – Maputo, Moçambique. Doutoranda em Gestão de Empresas. E-mail: aidanhacule@gmail.com

² Universidade São Tomás de Moçambique (USTM) – Maputo, Moçambique. Doutoranda em Gestão de Empresas. E-mail: natercia.nhavene@gmail.com

Outrossim, pela natureza da relação entre vendedores informais e seus potenciais compradores, marcada pelo contacto face a face, com as restrições da circulação, as vendas tornaram-se inviáveis, fazendo do sector informal o economicamente mais vulnerável à crise pós-eleitoral em alusão.

Palavras-chave

Eleições; Manifestações sociais; Sector informal; Economia; Matola-Rio.

Abstract

On October 9, 2024, Mozambique held the seventh general election in its democratic history. While the results of all previous elections generated waves of dissatisfaction and protests from the legally declared defeated political actors, nothing compares to the post-election demonstrations recorded in this final vote. This article aims to understand the economic impact of the October 2024 post-election demonstrations on informal commerce in the municipality of Matola-Rio, Maputo province, as well as the strategies used by vendors to cope with the situation. Methodologically, the research constitutes a qualitative study, where, using bibliographic review and semi-structured interviews, it was possible to collect data related to the phenomenon under study. The results suggest that, despite this municipality being based on an industrial capitalist economy, the informal sector proves to be of paramount importance for the survival of a large part of the population. With the post-election demonstrations and consequent restrictive measures on the movement of people and goods, there was a shortage in the supply of products for sale and a consequent inflation of basic food products, since the supply markets for these are geographically distant. Furthermore, due to the nature of the relationship between informal vendors and their potential buyers, marked by face-to-face contact, with the restrictions on movement, sales became unfeasible, making the informal sector the most economically vulnerable to the aforementioned post-election crisis.

Keywords

Elections; Social demonstrations; Informal sector; Economy; Matola-Rio.

1 INTRODUÇÃO

O sector informal é um sector importante em toda e qualquer economia, uma vez que absorve uma percentagem considerável de agentes económicos. Nos países em vias de desenvolvimento, ocupa lugar de destaque, em virtude de ser um dos sectores que mais contribui no fluxo de geração de receitas e circulação de bens e serviços. Em Moçambique, o sector informal é fundamental na economia, desempenhando um papel crucial na criação de empregos e geração de renda para a população, em particular, nas áreas urbanas e periurbanas.

Após as eleições gerais de 9 de Outubro de 2024, que deram vitória ao partido FRELIMO³ e ao seu candidato Presidencial, Daniel Chapo, assistiu-se, em Moçambique, a uma onda de manifestações, promovidas pelo segundo candidato mais votado, Venâncio Mondlane, e pelo partido PODEMOS⁴, com alegações de injustiças no processo eleitoral. Os protestos tiveram sua maior centralidade na cidade e província de Maputo, localizadas na região sul do país.

No cômputo geral, as manifestações consistiram numa acção coordenada de bloqueios das principais vias de acesso (entradas e saídas da cidade), paralisação da rede de transportes, vandalização de infraestruturas públicas e privadas e, nalguns casos, criação de novos postos de poder local, com portagens informais e extorsões em escala. Os principais postos fronteiriços sofreram grandes paralisações, principalmente, durante o período entre a proximidade das festas de Natal e de Fim de Ano e a primeira semana de Janeiro. A actividade comercial ficou deveras afectada depois dos saques havidos a estabelecimentos comerciais a grosso, a retalho, armazéns e de outra gama. O turismo ficou severamente comprometido, pois o nível de alerta de segurança era elevado, pelo que os turistas, na sua larga maioria, vindos da vizinha República da África do Sul, não se fizeram ao país.

O objectivo último das manifestações, que começaram pacíficas e terminaram violentas, era forçar as instituições de gestão eleitoral e ao Conselho Constitucional a reverem as suas posições quanto a tão propalada fraude e falta de transparência em todo o processo. Apesar da legitimidade das manifestações enquanto expressão de descontentamento popular e reivindicação de um processo eleitoral justo, enquanto um direito plasmado na Constituição Moçambicana, os impactos económicos e sociais das paralisações são palpáveis no seio da economia nacional como um todo, e no comércio informal, em particular, não podendo,

³ Acrónimo para Frente de Libertação de Moçambique.

⁴ Acrónimo para Partido Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique.

portanto, ser ignorados. O fenómeno torna-se ainda mais impactante consubstanciado ao facto de 80%⁵ da população que habita os centros urbanos e periurbanos de Moçambique estar adstrita ao sector informal, tal como sucede com o município da Matola-Rio, nosso *locus* de pesquisa.

Deste modo, com este artigo, intitulado “Impacto Económico das Manifestações Pós-eleitorais de Outubro de 2024 no Comércio Informal: estudo de caso do município da Matola-Rio”, pretende-se compreender os efeitos causados pelas manifestações pós-eleitorais no comércio informal no município de Matola-Rio, bem como as estratégias usadas com vista a fazer face a esta situação de crise. O estudo é de carácter qualitativo, com a análise empírica focada no município da Matola-Rio, onde, a partir de técnicas de entrevistas semiestruturadas, foi possível entrevistar um total de 13 indivíduos, dos quais três (03) técnicos do Município e dez (10) vendedores informais. Os dados recolhidos foram, posteriormente, cotejados com os dados obtidos através da revisão bibliográfica e documental.

A pertinência da pesquisa ancora-se na possibilidade de ser um valioso contributo para a compreensão do impacto socioeconómico dos conflitos pós-eleitorais no comércio informal, através das narrativas de homens e mulheres, que têm, nesta actividade, a única alternativa de sustento e reprodução do seu agregado familiar. Ademais, augura-se contribuir para a divulgação e visibilidade da condição de precariedade que os homens e mulheres que se dedicam a este tipo de actividades vivenciaram durante essas manifestações, cujos danos, em alguns casos, revelaram-se irreversíveis.

2 MUNICÍPIO DA MATOLA-RIO: CONTEXTO GERAL

Matola-Rio é um município situado no distrito de Boane, na província de Maputo. Administrativamente, é uma localidade, sede do posto administrativo do mesmo nome. Em 2012, o posto contava com uma população de 45.425 habitantes, a qual cresceu para 104.000 no censo de 2017, tendo passado a 139.000 em 2022. Matola-Rio está separada da cidade da Matola pelo rio Matola. Devido ao seu grande crescimento económico, especialmente, industrial, com destaque para a instalação da fundição de alumínio da Mozal e do Parque Industrial de Beluluane, a povoação-sede foi elevada à categoria de vila em 18 de Maio de 2022 e a município em Dezembro de 2022 (Conselho Municipal da Matola-Rio, 2023).

⁵ Instituto Nacional de Estatística (INE), 2022.

Apesar de o município da Matola-Rio ser considerado uma zona baseada numa economia dual, com preponderância para o modelo económico capitalista industrial (simplesmente formal), o sector informal absorve grande parte da população economicamente activa, constituída, maioritariamente, por indivíduos não absorvidos pela economia formal, historicamente apontados como corolário da incapacidade de gestão e geração de empregos por parte do Estado moçambicano, reflectindo na deficiência/ausência de postos formais de trabalho, movimento que destina grande parcela da população às actividades do mercado informal, que se ampliam significativamente nas décadas de 1980 e 1990, quando centenas de milhares de pessoas adoptam tal saída na busca pelo escape à miséria generalizada que tomava conta de Maputo/Moçambique (Stacciarini, 2018).

Uma das características peculiares de grande parte das ruas do município da Matola-Rio centra-se no facto de serem marcadas por apropriações dos espaços públicos para a transitabilidade dos munícipes em espaços privados para a comercialização (Agier, 2011), ou seja, assiste-se a uma intensa concentração de comerciantes informais que se dedicam a esta actividade nos passeios, com maior expressão para passeios próximos das paragens de autocarros, como é o caso dos entroncamentos, centralidade que permite, simultaneamente, o acesso aos municípios da Matola-Rio e Boane e para as cidades da Matola e Maputo.

Nas artérias deste município, pode-se observar a existência de vendedores informais, que se dedicam ao comércio de diversos tipos de bens e serviços, desde roupas, calçados, óculos, chapéus, telemóveis, crédito para telemóveis, adereços como brincos, colares e pulseiras, produtos alimentares como pão, frutas, hortaliças e vegetais, etc. A maior parte dos produtos encontram-se expostos no chão, alguns também em muros, outros, como são os casos de telemóveis, crédito e bijuterias, são expostos numa estrutura improvisada, uma espécie de pequena mesa (banca). Para a passagem dos transeuntes, potenciais compradores, é deixado um pequeno corredor, estreito, entre os produtos expostos.

3 O SECTOR INFORMAL E AS MANIFESTAÇÕES PÓS-ELEITORAIS

O termo “informal” foi caracterizado, pela primeira vez, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), após a conferência realizada em 1969. Nesta ocasião, foram definidas condições específicas para se caracterizar o “informal”. Observou-se, igualmente, que os elementos para o definir são perfeitamente aceitáveis até a actualidade, apesar de, com

o passar do tempo, terem aparecido várias outras formas para o conceituar, até mesmo em função das mudanças conjunturais naturais do tempo e da sociedade. Não obstante a tais variações, é possível afirmar que trabalho informal consiste na realização de actividades que se dão sem qualquer vínculo económico, jurídico e social ou burocrático, que, mesmo não estando reguladas parcial ou totalmente, existem e fazem parte de regras de funcionamento da sociedade e contribuem para padrões de reprodução da sociedade e da economia (Cerqueira, 2017; Mosca, 2009).

Na mesma senda, Bowen cit. Cruz e Silva (2005) salienta que a utilização dos conceitos formal e informal assume amiúde formas ambíguas pela sua permeabilidade. Os conceitos têm sido objecto de vários debates em diversas áreas de estudo, e no caso que estamos a tratar, particularmente, estão associados ao acesso a recursos e formas de acumulação. Note-se que definimos, neste trabalho, o modo de acumulação no sentido usado por Mosca (2009), ou seja, o modo como se realiza e é apropriada a riqueza, como se distribuem os mecanismos de transferência intersectorial de valor, como é utilizada (principalmente em investimentos e no consumo), como as relações sociais se sustentam e se reproduzem e como o poder participa, integra-se, facilita ou dificulta a acumulação.

Para o nosso estudo, convém, no entanto, observar que adoptámos a utilização do conceito “sector informal” para nos referirmos aos homens e mulheres que participam numa actividade comercial sem possuir licença legal para o seu exercício, não sendo directamente taxada e, portanto, não reportada oficialmente.

Em Moçambique, o sector informal desempenha um papel crucial na economia, contribuindo com cerca de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) e englobando cerca de 80% da força de trabalho. A informalidade manifesta-se em diversas actividades económicas, com preponderância para o sector da agricultura e pecuária, correspondendo a 75,3% do total de unidades existentes, seguido do comércio (9,3%) e construção (2,5%), sendo frequentemente vista como uma resposta à falta de oportunidades no sector formal e à necessidade de sobrevivência para muitos (Instituto Nacional de Estatística – INE, 2022).

A tabela a seguir ilustra a distribuição percentual das unidades estatísticas com actividade no sector informal por grupos de actividade, segundo área de residência e província.

Tabela 1. Distribuição percentual das unidades estatísticas com actividade no sector informal por grupos de actividade, segundo área de residência e província.

Área de Residência e Província	Grupos de Actividade										Número de unidades	Total
	Agricultura e pecuária	Silvicultura e exploração florestal	Pescaria e aquacultura	Indústria extractiva	Indústria transformadora	Construção	Comércio	Transporte e armazenagem	Alojamento e restauração	Outros serviços		
Moçambique	75,3	1,9	1,6	1,0	1,8	2,5	9,3	0,6	0,3	5,7	100,0	8 339 931
Área de Residência												
Urbana	53,9	1,2	1,8	0,5	3,7	4,8	20,7	1,3	0,7	11,4	100,0	2 727 116
Rural	85,7	2,2	1,6	1,3	0,9	1,3	3,7	0,3	0,2	2,9	100,0	5 612 814
Província												
Niassa	86,7	0,3	0,6	0,3	0,9	1,8	4,8	0,6	0,5	3,6	100,0	724 625
Cabo Delgado	78,8	0,2	0,8	1,1	1,0	1,0	2,5	9,8	0,8	0,4	100,0	624 407
Nampula	77,2	1,1	3,7	1,3	1,8	2,4	8,1	0,4	0,3	3,7	100,0	1 629 746
Zambézia	80,2	0,5	1,5	0,5	2,3	1,7	8,0	0,5	0,2	4,6	100,0	1 604 429
Tete	79,4	1,9	0,3	2,0	0,8	1,7	7,6	0,9	0,2	5,1	100,0	789 496
Manica	72,5	3,0	0,1	2,6	1,3	2,6	12,7	1,1	0,1	4,0	100,0	647 576
Sofala	74,8	1,2	3,2	1,0	2,5	1,6	9,4	0,3	0,1	5,9	100,0	671 255
Inhambane	79,3	0,9	1,1	0,6	3,2	2,2	5,2	0,4	0,2	6,9	100,0	449 109
Gaza	66,6	9,4	1,3	0,7	2,5	3,1	8,3	0,7	0,2	7,2	100,0	439 444
Maputo	56,6	7,2	0,8	0,4	1,8	6,0	15,9	0,3	0,8	10,1	100,0	576 153
Cidade de Maputo	20,9		1,5		3,5	5,6	33,5	2,4	2,4	30,3	100,0	183 690

Fonte: INE (2022).

A dinâmica do sector informal no município da Matola-Rio centra-se em actividades realizadas nos passeios, por homens e mulheres, durante todos os dias da semana, com o seu início no período da manhã, tendo como término na parte da noite, por volta das 21 horas. Este quadro de ilegalidade (quanto à legalização de suas actividades, locais e horários de funcionamento), produz uma tensão histórica entre os agentes do sector informal e as autoridades municipais, num processo de luta pela manutenção e localização das suas vendas nos passeios, pelos primeiros, e pelas constantes tentativas de retirada dos agentes informais dos passeios para os espaços ou mercados previamente concebidos para o efeito, por parte dos segundos, visto que, de acordo com a Lei Municipal, o Código de Posturas Municipais de Maputo rege o comércio, exigindo licenças e autorizações para operar em locais públicos (Meneses, 1998), com efeito, remetendo os agentes informais a uma situação de precarização laboral.

Com a eclosão e recrudescimento das manifestações pós-eleitorais, usadas como instrumento de contestação dos resultados eleitorais, apesar de o Estado ser a única instituição com o monopólio legítimo do uso da força, os vendedores informais foram surpreendidos com a atomização das mesmas, ou seja, por práticas de natureza autoritária/violenta por parte dos manifestantes, legitimados por um discurso segundo o qual estavam a seguir a vontade ou soberania do povo⁶ (Max Weber, 1982; Michel Wieviorka, 1997⁷), por conseguinte, tendo também a prerrogativa do uso legítimo da força para os proibir a realização das suas actividades económicas nos *passeios* (espaços de venda), por vezes, chegando mesmo a confiscar as suas mercadorias, pondo-se, assim, em risco a sua única fonte de sobrevivência, ou seja, reproduzindo-se ainda mais uma lógica de precariedade laboral de uma actividade historicamente precarizada.

Note-se que, apesar de, aparentemente, estas medidas restritivas discursivamente não se constituírem em actos ou apelos à violência em si, na prática, no momento de sua implementação, assistiram-se a actos de violência física e danos ao património estatal e privado, assim como cerceamento de direitos individuais e colectivos, como é o caso do livre comércio e de liberdade de circulação de pessoas e bens, pois os trabalhadores adstritos ao sector informal eram frequentemente impedidos de realizar, de forma integral, as suas actividades comerciais, por parte de indivíduos que avocavam para si a responsabilidade de garantir que as mesmas medidas fossem levadas a cabo, consubstanciado ao facto de encontrarmos dissonâncias entre muitas das acções violentas assistidas no quotidiano das manifestações com as normativas divulgadas pelos seus proponentes.

O uso dos passeios em detrimento de sua inserção nos mercados formais de actividade é justificado pelos nossos entrevistados (vendedores informais) como uma estratégia capitalista de uso dos espaços (maximização dos ganhos e minimização das perdas), pois, na opinião dos mesmos, vendendo nos passeios, por um lado, conseguem aceder facilmente aos potenciais clientes, comparativamente aos vendedores que se encontram no interior dos mercados, por outro, pelo facto de facilmente conseguirem fugir as taxas municipais cobradas aos vendedores formais. Note-se, também, a existência de barracas e contentores que funcionam como uma espécie de mercearias “informais”.

⁶ Utilizamos o conceito de povo na perspectiva Marxista, para significar o conjunto das camadas trabalhadoras não possuidoras dos meios de produção (Lourenço do Rosário, 2008, p. 43).

⁷ Segundo Michel Wieviorka (1997), nas sociedades pós-modernas, o monopólio legítimo do uso da violência física aparece cada vez mais atomizado e as práticas violentas se disseminam como norma social particular de amplos grupos da sociedade.

As medidas restritivas de pressão política, económica e social podem ser resumidas na restrição da circulação em certos espaços urbanos (locais de venda) de indivíduos e de bens, das 8 da manhã às 16 horas; o fechamento de fronteiras com o objectivo de impedir a entrada e saída de mercadorias, por conseguinte, acabando por restringir os fluxos humanos (potenciais compradores) e mercantis (comercialização de produtos), estreitando e retirando o controlo do espaço (lugar de venda) aos agentes do sector informal. Ou seja, os mesmos espaços, antes representados como um *locus* de mais-valia económica no seio do mercado informal, com o início das manifestações pós-eleitorais, passaram também a constituir em importantes lugares de luta política para os manifestantes, com efeito, transformando os mesmos espaços, até certo ponto, em lugares inviáveis para a prática do comércio informal.

4 MEDIDAS DE RESTRIÇÃO DE CIRCULAÇÃO E ACESSO A MERCADORIAS

Com o deflagrar das manifestações pós-eleitorais, assistiu-se a situações de dificuldades nas condições de acesso à mercadoria para venda por parte dos trabalhadores do sector informal, pois muitos dos produtos comercializados neste sector não se constituem em mercadorias adquiridas localmente, mas, sim, de produtos comprados em mercados⁸ geograficamente distantes, quais sejam nas cidades da Matola e de Maputo.

Tendo em conta as medidas restritivas impostas pelas manifestações, os nossos entrevistados responderam que não conseguiram realizar as suas actividades, pelo facto de dependerem dos transportes tanto públicos, bem como privados (informais) para adquirir as suas mercadorias em mercados formais, como é o caso do Grossista do Zimpeto, localizado na Cidade de Maputo, e informais, caso do mercado informal do Vale do Infulene, localizado na Cidade de Maputo, evidenciando-se, a partir desta cadeia de valor, uma relação de ligação e de sustento do comércio “informal” por parte da economia “formal” (Sarthi, 1983; Macckintosh, 1989).

⁸ Mercado é o processo de identificação de conjunto de agentes económicos, consumidores e produtores, que efectivamente limitam as decisões referentes a preços e quantidades da empresa resultante da operação. Dentro dos limites de um mercado, a reacção dos consumidores e produtores a mudanças de preços relativos ao grau de substituição entre os produtos ou fontes de produtos é maior do que fora dos limites. O mercado relevante se determinará em termos dos produtos ou serviços que o compõem (dimensão do produto) e da área geográfica para qual a venda destes produtos é economicamente viável (dimensão geográfica) (Brasil cit. Issufo, 2024).

Este cenário foi catalisado, em grande medida, pelo facto de os manifestantes controlarem a circulação de viaturas, em alguns casos, chegando-se mesmo a destruir as que não cumprissem as normas restritivas por si impostas. Em outros, assistia-se também a cobranças de uma espécie de pedágio (as ditas portagens informais) para a circulação das mesmas. Com efeito, grande parte dos transportadores optou por não circular durante o período em que vigoraram estas medidas restritivas, pelo que, como consequência, o mercado informal da Matola-Rio se ressentiu da falta de mercadoria para a comercialização.

Neste contexto, a partir da análise da cadeia de valor, foi possível aferir que no mercado informal do município da Matola-Rio, em certas actividades, se assistiu a alguma divisão sexual do trabalho, objectivada na preponderância de mulheres inseridas em actividades informais de comercialização de produtos agrícolas, tais como: tomate, cebola, batata, couve e alface. A feminização de certas áreas do comércio informal é explicada por Mosca (2009) como uma representação de alterações significativas no papel do género na sociedade e economia. Isto é, de uma posição subalterna, dependente e sujeita as funções e ritos tradicionais, as mulheres, através da economia “informal” (sobretudo, no comércio), começaram a assumir um papel activo e directo na integração do mercado das famílias e de afirmação pessoal, com obtenção de rendimentos e geração de riqueza. Este dado é corroborado pelas nossas entrevistadas, quando afirmam que, com esta actividade, conseguem aumentar a sua renda familiar⁹, assim como garantem o acesso dos seus filhos ao sistema nacional de ensino.

As vendas praticadas pelas mulheres neste município encontram uma estreita ligação com os mercados de produção que se encontram geograficamente distantes, por conseguinte, obrigando-as a uma mobilidade pendular diária para que tenham acesso as mesmas. Estas viagens diárias, do Vale do Infulene ao seu destino de comercialização (Matola-Rio) e vice-versa, são efectuadas com recurso a transportes colectivos, pois as vendedoras informais não possuem viaturas próprias para tal. É de salientar que o sector de transportes é também dominado pelo sector informal, mas, desta feita, gerido por indivíduos do sexo masculino.

A presente informalidade é objectivada no facto de os transportes de mercadorias não serem legalizados para esta actividade. Amiúde, são usadas carrinhas de caixa aberta, que numa mobilidade pendular, transportam, diariamente, mercadorias e as suas respectivas

⁹ Renda familiar é a soma dos rendimentos brutos de todos os membros que residem no mesmo domicílio. Ela representa a capacidade financeira total da família para atender às suas necessidades e desejos (Brasil cit. Issufo, 2024).

proprietárias (mulheres), numa situação precária, pelo facto de estarem expostas a muitos riscos de quedas durante este périplo, dadas as poucas condições de segurança que essas viaturas oferecem para o exercício da sua actividade.

Assim, as restrições na circulação de mercadorias e bens, no período de vigência das manifestações, para além de se constituir em prejuízos económicos e sociais gravosos para o sector informal como um todo, em particular, representou um recuo cultural no processo de afirmação da identidade de género na geração de renda familiar a partir do espaço público.

É de salientar que o sector formal constitui-se também num participante da produção destas “informalidades da economia e da sociedade” (Mosca, 2009), pois, para além das carrinhas de caixa aberta (informais), o transporte de mercadorias dos mercados de produção para os mercados de venda informal é também assegurado por transportes rodoviários formais, tanto estatais como privados, fora do seu portefólio legal de serviços, cobrando, por conseguinte, preços de forma informal para transporte destas mercadorias. Destarte, assiste-se a uma lógica de reprodução da informalidade, com ganhos, também, para o sector formal.

Do lado dos mercados de oferta de mercadorias ao sector informal, assistia-se também a constrangimentos no que tange ao abastecimento de mercadorias, pois os fornecedores tinham medo da fúria dos manifestantes, objectivados em actos de vandalização, pilhagem e saque aos estabelecimentos comerciais ou retalhistas (barracas e contentores que servem de mercearia informal), destruindo por completo o comércio em algumas regiões do país. Em outras palavras, as manifestações afectaram severamente os mercados formais de abastecimento do sector “informal”, ou seja, rompendo-se a cadeia de reforço mútuo entre o sector “formal” e o “informal” (Mosca, 2009), dificultando, por conseguinte, a aquisição de mercadorias.

Pode-se de notar, igualmente, que muitos mercados de abastecimento encontravam-se com escassez de mercadorias para a venda, pois, por um lado, em função dos saques perpetrados pelos manifestantes e, por outro, como consequência do encerramento temporário de fronteiras com a vizinha África do Sul, concretamente, da Fronteira de Ressano Garcia, um importante corredor de entrada e saída de mercadorias de Moçambique para este país vizinho, bem como do mercado interno, como é o caso da província de Gaza, um importante fornecedor de produtos agrícolas à cidade de Maputo e arredores. É de salientar que parte considerável da circulação de mercadoria da vizinha África do Sul para os mercados formais é transaccionada pelo sector “informal”, concretamente, pelos vulgos *Mukeristas*.

Assim, a escassez de mercadoria no sector informal não só impactou do lado da oferta, objectivada na renda dos indivíduos que têm neste sector a sua condição de existência, mas também pelo lado da procura, ou seja, no bolso dos consumidores, que têm nestes mercados uma alternativa para a compra de produtos a preços competitivos e flexíveis comparativamente ao mercado formal, pois o sector informal possui estratégias flexíveis e adaptadas aos consumidores, como por exemplo: a venda do arroz, do açúcar e do óleo em copos e não do peso ou em sacos, apanágio no seio do sector formal, com feito, implicando uma segmentação do mercado do lado da procura e da oferta (Nzatuzola, 2006). Contudo, este contexto de excepção, em que as mercadorias para a venda eram escassas, provocou uma especulação de preços, como é o exemplo do preço do pão, que era comumente comercializado a 10 meticais, mas que passou a custar 20 meticais a unidade, o que provocou repulsa nos habituais compradores, que, em alguns casos, passaram a optar por produtos sucedâneos e de fácil conservação, como são os casos da mandioca e batata-doce.

5 MEDIDAS DE RESTRIÇÃO DE CIRCULAÇÃO DE INDIVÍDUOS

Nas artérias do município da Matola-Rio, o comércio informal é particularmente proeminente durante as "horas de ponta", quando o movimento é mais intenso, constituindo-se, com efeito, num ensejo para que os vendedores informais aproveitem para oferecer uma variedade de produtos nas bermas da estrada, como estratégia de aproximação dos potenciais clientes, que transitam de casa para o trabalho, na parte da manhã, e do trabalho para casa, no final do dia.

Neste contexto, pela natureza de sua actividade, ou seja, do comércio presencial, na óptica dos nossos entrevistados, as medidas de restrição de circulação de indivíduos, seus potenciais compradores, impactaram de forma bastante negativa na sua actividade, dominada por venda de produtos alimentícios, barbearias, crédito, roupas e sapatos, contrariamente aos sectores de actividade "formais", que continuaram a funcionar, embora de forma remota, como é o exemplo dos Bancos e Seguradoras.

Estas restrições tiveram como consequência imediata a ruptura das formas de reprodução sociais dos vendedores, assim como de suas famílias, pois os vendedores informais viram-se impossibilitados de dar continuidade às suas práticas produtivas e a seus modos em função das alterações induzidas pelo fenómeno das manifestações. O resultado foi

a imposição de uma conjuntura de crise, consubstanciado ao facto de que, por um lado, muitos dos que se dedicam a actividades informais constituírem-se nos únicos provedores no seio dos seus agregados familiares¹⁰ e, por outro, pela sua natureza informal, os mesmos não estarem abarcados por nenhuma medida de protecção social por parte do Estado.

A situação de crise acima apresentada ganha eco em duas vertentes. Primeiro, pelo facto de os vendedores informais, na sua maioria, apresentarem baixas qualificações profissionais para a sua inserção no mercado de emprego “formal” (grande parte deles tem feito somente o ensino primário), não se constituindo, portanto, em uma potencial reserva de mão-de-obra para o sector industrial da Matola-Rio, contrariando, assim, a concepção marxista do *sector informal*¹¹. Em segundo plano, pelo facto de o valor de troca servir em grande medida como valor de uso ou de consumo imediato, ou seja, muitos destes produzem hoje o que se vai comer ainda hoje. Pois, no sector informal, trabalha-se para obter o máximo de lucro diário, para assegurar a reprodução da família e a compra de mercadoria para a exploração ou comercialização, pelo que a poupança e o investimento são insuficientes para a reprodução ampliada do capital (Mosca, 2009).

Com a instalação deste regime de excepção, objectivado nas medidas de restrição de pessoas (vendedores e potenciais compradores), assistiu-se a uma redefinição nas rotinas quotidianas dos vendedores, pois muitos destes passaram a realizar esta actividade somente no final do dia, concretamente a partir das 17 horas, horário em que as medidas não estavam em vigor. Em outros casos, os vendedores optavam por não expor todos os seus produtos, por um lado, funcionando como mecanismo de simbolicamente servir de referência para os potenciais compradores; por outro, como forma de, no caso de apreensão das suas mercadorias, as suas perdas fossem minimizadas.

É de salientar que, apesar de as manifestações pós-eleitorais terem como seu mote inicial a reivindicação dos resultados, com o passar do tempo, as mesmas passaram a incluir no seu rol reivindicativo agendas ligadas a uma conjuntura económica fortemente marcada por desigualdades sociais, catalisadas por elevados níveis do custo de vida e desemprego, que se assiste em Moçambique como um todo, e no município da Matola-Rio, de modo particular.

¹⁰ É de salientar que mesmo nos casos das mulheres, a partir dos nossos entrevistados foi possível aferir que grande parte delas são mães solteiras, viúvas e, nalguns casos, com maridos em situação de desemprego.

¹¹ A teoria marxista parte do princípio segundo o qual a economia informal é definida pela falta de relações capitalistas nas tarefas dos trabalhadores, porém suas actividades seriam complementares àquelas do pólo moderno, sem as quais o capitalismo passaria por graves crises. A economia informal serviria ao capitalismo ampliando o exército industrial de reserva e garantindo formas de sua subsistência; além disso, participaria activamente do processo de acumulação capitalista actuando em seu modo de produção (Osmar Sanches, 2008).

Neste contexto, assistiu-se também a um escalonar da violência, que teve a sua centralidade nas vandalizações de propriedades privadas, quais sejam contentores e barracas, que funcionam como mercearias “informais” (fornecedores de produtos alimentares básicos e de bebidas), o que se explica pela tensão entre a conjuntura política (reivindicações pós-eleitorais) e económica (carestia de vida), criando-se, deste modo, um sentimento de ambivalência no seio dos manifestantes quanto a esta prática comercial. Nisso, os proprietários das mercearias informais, estrategicamente, optavam por evacuar toda a sua mercadoria para a casa de familiares e de vizinhos, por vezes, distribuindo em três sítios distintos, como mecanismo de minimizar as perdas, no caso de possíveis vandalizações. Do lado da demanda, utentes destes serviços informais, procurava-se adquirir o máximo possível de produtos essenciais, como é o caso do arroz, do açúcar e do óleo, como mecanismo de garantir um *stock* de produtos que os levasse a resistir por um tempo considerável.

As mercearias informais produzem-se a partir de relações de proximidade, de vizinhança e de solidariedade entre os proprietários e os clientes, visto que grosso modo dos proprietários das mercearias informais é constituído por indivíduos provenientes ou moradores dos bairros em que realizam as mesmas actividades comerciais, havendo casos, não poucos, em que os mesmos realizam estas actividades nos quintais de suas residências, produzindo-se, com efeito, um *espaço ambíguo*, ou seja, representado, simultaneamente, como uma moradia, assim como um espaço comercial para a reprodução e sobrevivência do seu agregado familiar.

Importa salientar que, apesar das relações de solidariedade e proximidade existentes entre os proprietários das mercadorias e os clientes, os processos de compra e venda de produtos básicos, tais como arroz, óleo, farinha e açúcar, viraram acções economicistas intensas, onde cada um procurava barganhar o máximo possível na negociação de preços. Isto sucedia porque, apesar de muitos compradores não aderirem aos actos de violência de forma prática, ideologicamente encontravam pontos de concordância com os manifestantes quanto à carestia dos produtos básicos no país. Do lado da oferta (proprietários das mercearias), existia um grande receio de perder os investimentos por conta das vandalizações, pelo que acabavam por flexibilizar ou baixar os preços dos mesmos, como mecanismo de minimização das perdas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa pode-se aferir que o comércio informal no município da Matola-Rio desempenha um papel capital na geração de renda dos indivíduos mais desfavorecidos, servindo, em grande medida, como alternativa à falta de oportunidades formais de emprego no sector formal e à incapacidade histórica do Estado em fornecer protecção social adequada aos seguimentos mais pobres deste município.

Foi possível constatar, igualmente, que pelo escalonar da violência que se assistiu durante as manifestações pós-eleitorais, consubstanciadas pelo facto de muitas destas acções, de natureza autoritária, terem acontecido nos mesmos espaços onde os trabalhadores adstritos ao sector informal amiúde realizam as suas actividades, ou seja, nos passeios, acabaram por inviabilizar em grande medida a realização destas actividades económicas, pondo em causa a reprodução e sobrevivência de grande parte dos agregados familiares.

No que toca à circulação de mercadorias para o abastecimento do sector informal, foi possível aferir que, com o deflagrar das manifestações pós-eleitorais e suas consequentes medidas proibitivas de circulação de pessoas e bens, assistiu-se a uma escassez na oferta de produtos para venda e consequente inflação dos produtos básicos, pois os mercados de fornecimento dos mesmos encontram-se geograficamente distantes, concretamente, nas cidades da Matola e Maputo.

Outrossim, foi possível constatar que, pela natureza de sua actividade, centrada na interacção face a face com os potenciais compradores, com a restrição de circulação destes, os comerciantes informais do município da Matola-Rio viram-se muito mais prejudicados que os formais, cujas actividades comerciais foram prosseguindo de forma remota.

REFERÊNCIAS

AGIER, M. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

CONSELHO MUNICIPAL DA MATOLA-RIO. **Plano de Estrutura Urbana da Matola-Rio**. Matola-Rio: Conselho Municipal da Matola-Rio, 2023.

CRUZ E SILVA, T. **O papel da Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal – ASSOTSI**. Maputo: Organização Internacional do Trabalho, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Moçambique). **Inquérito ao sector informal:** relatório final. Maputo: INE, 2022.

ISSUFO, R. **Contributo do sector informal para a melhoria da renda familiar:** caso de estudo — Mercado da Praça dos Combatentes, 2004-2015. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2024.

MENESES, C.; SACARLAL, N.; FREITAS, A. L. de; CABANAS, M. **Posturas municipais em vigor na Cidade de Maputo.** Maputo: MICOA, 1998.

MOSCA, J. **Pobreza, economia informal, informalidades e desenvolvimento.** Maputo: IESE, 2009.

SANCHES, O. **Os determinantes da economia informal nas principais escolas do pensamento económico.** São Paulo: PUC-SP, 2008.

STACCIARINI, J. H. S.; SILVA, L. C. **O mercado informal de Maputo (Moçambique) e a feira de Xipamanine:** entre curiosidades e vivências no continente africano. Catalão: Universidade Federal de Catalão, 2018.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia.** 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**, v. 9, n. 1, p. 33-48, 1997.